



Comissão
Europeia

A economia verde inclusiva na cooperação para o desenvolvimento da UE

Uma abordagem inovadora na intersecção dos objetivos «planeta», «pessoas» e «prosperidade» da UE



RESUMO

Compreender a economia verde inclusiva

O Documento de Referência n.º 25, *A Economia Verde Inclusiva na Cooperação para o Desenvolvimento da UE*, faculta orientações estratégicas e operacionais sobre a cooperação na economia verde. Apresenta definições e explica o argumento a favor da cooperação neste domínio, em consonância com as políticas da UE e o interesse crescente dos países parceiros. Apresenta o ponto da situação das ações da UE, incluindo os resultados alcançados e os ensinamentos retirados. Além disso, apresenta opções para apoiar a economia verde, através de intervenções dedicadas e da integração de assuntos relacionados com a economia verde em diversos setores pertinentes. Por último, fornece referências e ferramentas selecionadas.

A visão da UE envolve múltiplas facetas da economia verde:

- **aspectos económicos:** uma economia que assegura o crescimento, com base na eficiência na utilização dos recursos e em padrões de consumo e de produção sustentáveis (CPS);
- **aspectos ambientais:** uma economia que preserve o capital natural, investe em recursos naturais e atenua as alterações climáticas através de soluções hipocarbónicas e eficientes na utilização dos recursos;
- **aspectos sociais:** uma economia que melhora o bem-estar humano, cria emprego de qualidade, reduz as desigualdades e combate a pobreza.

A economia verde segundo a Agência Europeia do Ambiente



Fonte: Relatório n.º 2/2014 da AEA: *Resource efficient green economy and EU policies*.

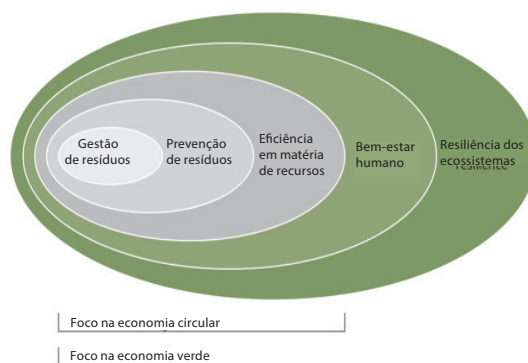
A economia verde em poucas palavras

A economia verde é uma via para o desenvolvimento sustentável. Baseia-se num modelo económico que diverge dos modelos tradicionais na medida em que tem em devida consideração fatores ambientais e sociais externos, e não se centra no crescimento do PIB como objetivo final. Em vez disso, centra-se na eficiência na utilização dos recursos e no capital natural como blocos de construção da economia, reconhecendo que a degradação ambiental compromete o desenvolvimento humano e o crescimento económico a longo prazo.

As definições da economia verde elaboradas pelos parceiros de desenvolvimento da UE, incluindo países terceiros e organizações internacionais, partilham uma atenção comum ao desenvolvimento de **um novo modelo, que não só dissocie o crescimento – ou a prosperidade – do consumo de recursos naturais e do impacto ambiental, mas também ligue a sustentabilidade ambiental ao desenvolvimento económico e à equidade social.**

A **economia circular** é uma componente essencial da economia verde. Promove ciclos de materiais fechados e correntes de eficiência na utilização dos recursos, com uma abordagem à escala do sistema e transversal a toda a cadeia de valor. Envolve a conceção de produtos para reutilização, a recuperação do máximo de recursos possível durante a utilização, a utilização dos produtos durante o máximo de tempo possível, a refabricação dos produtos no fim da sua vida útil e, em última análise, a redução ao máximo do desperdício na produção e no abastecimento.

Economia circular e economia verde



Fonte: Agência Europeia do Ambiente, *O Ambiente na Europa: Estado e perspectivas 2015*.

Um argumento forte

A economia verde inclusiva no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As práticas centrais da economia verde, tais como a eficiência na utilização dos recursos e o CPS, são fundamentais para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enquanto os quadros da economia verde, que promovem a coerência entre as políticas económicas e ambientais, também podem contribuir para os ODS. A economia verde é particularmente pertinente para os objetivos e metas relativos à melhoria da eficiência na utilização dos recursos, à dissociação do crescimento económico da degradação ambiental, à agricultura sustentável, à industrialização sustentável e aos padrões de CPS. Contribui também de forma inerente para outros objetivos e metas, por exemplo relativos às alterações climáticas e aos recursos naturais.

Um ambiente político da UE favorável. O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento reforça o compromisso da UE de promover a economia verde. Promove o CPS, a eficiência na utilização dos recursos, a economia verde e circular, tanto no âmbito da prioridade Planeta como da Prosperidade, reconhecendo que as práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental não são só importantes para os objetivos ambientais, mas também para o crescimento sustentável e a criação de emprego. A economia verde e circular é alvo de especial destaque na [estratégia da UE para a cooperação no domínio do desenvolvimento do setor privado](#) e do [comércio e investimento](#). O Plano de Investimento Externo Europeu cria uma oportunidade para concretizar estas ambições. Ao mesmo tempo, a UE desenvolveu também um ambicioso quadro interno, nomeadamente relativo à economia circular.

Um interesse crescente nos países parceiros. De acordo com a [ONU Meio Ambiente](#), «mais de 65 países de todo o mundo estão atualmente a executar estratégias de crescimento verde ou de economia verde», uma declaração que é apoiada por vários compromissos assumidos aos níveis regional e nacional. Os países que adotam medidas para transformar as respetivas economias podem ter diferentes objetivos, nomeadamente assegurar os benefícios a longo prazo resultantes da utilização e da conservação de recursos naturais, melhorar a competitividade da indústria nacional, aceder a novos mercados, criar emprego ou reduzir a dependência em relação à importação de matérias-primas. As estratégias para alcançar estes objetivos devem ser adaptadas aos contextos nacionais e dependem de muitos fatores, como vantagens comparativas entre países, a estrutura da economia, acesso a recursos naturais, capacidade para atrair investimentos, etc.

Argumento a favor de um novo modelo económico. As perspectivas de vantagens socioeconómicas – como a criação de emprego, o crescimento económico ou o aumento da competitividade – são um dos principais impulsionadores da transição para a economia verde. [Estudos realizados na UE](#) apresentaram provas de que uma economia circular permitiria à Europa aumentar a produtividade de recursos até 3 por cento por ano e a aumentar o seu PIB em 7 pontos percentuais relativamente ao atual cenário de desenvolvimento. Ao nível micro, a ecologização pode trazer várias vantagens para as empresas, tais

como oportunidades de aumento das atividades no mercado em rápida expansão dos bens e serviços ambientais, possíveis poupanças de consumo (por exemplo, em matérias-primas, energia e recursos hídricos) resultantes de processos de produção mais eficientes, uma imagem e reputação melhoradas, uma gestão mais eficaz dos riscos e vantagens competitivas. Os ganhos resultantes das práticas empresariais sustentáveis foram [extensamente documentados](#), inclusive por programas financiados pela UE que apoiam a adoção de práticas de CPS.

Exemplos de países que adotaram estratégias de economia verde

O **Peru** vê a economia verde como uma ferramenta para o conduzir ao desenvolvimento sustentável. O Peru aderiu à Declaração sobre Crescimento Verde da OCDE e aderiu à Parceria para Ação sobre a Economia Verde (PAGE), com o objetivo de integrar o conceito de crescimento verde nas políticas de desenvolvimento através da formulação e execução de propostas de políticas públicas relativas à economia verde, promovendo «a utilização eficiente de recursos, a qualidade ambiental, a sustentabilidade e a criação de emprego verde em setores essenciais da economia». O empenho é elevado, sendo um dos principais marcos o debate presidencial de 2016 sobre o crescimento verde.

A **Etiópia** baseia a sua abordagem ao crescimento verde no desenvolvimento económico – redução da pobreza –, na resistência às alterações climáticas e no nexo de atenuação dos gases com efeito de estufa, com o objetivo de alcançar o estatuto de país de rendimento médio até 2025. Centra-se na agricultura, na energia e na água, com benefícios que incluem melhorias na produtividade, na segurança alimentar, no emprego e na estabilidade dos rendimentos das exportações, acesso alargado à energia e à segurança e uma redução da vulnerabilidade económica e social. A ecologização de uma economia em rápido crescimento exige alguns compromissos, o que obriga o país a encontrar, por exemplo, formas de aumentar a produtividade da agricultura e oferecer incentivos económicos para a preservação das florestas.

A transição do **Gana** para o crescimento sustentável foi desencadeada pela crise alimentar, dos combustíveis e financeira. O governo, reconhecendo a importância da transição para uma economia verde, elaborou uma nova Política Energética Nacional, incluindo uma estratégia para as energias renováveis: aprovou uma estratégia de desenvolvimento a médio prazo – A Agenda Comum de Desenvolvimento e Crescimento do Gana II – e uma Política Nacional em matéria de Alterações Climáticas, e aderiu à PAGE a fim de beneficiar de assistência na execução das estratégias e políticas pertinentes.

Ponto da situação

Síntese dos programas de cooperação da UE no domínio da economia verde inclusiva. Em consonância com a sua política de desenvolvimento, a UE apoia há muito ações que contribuem para a economia verde em diversos domínios, como a gestão de recursos naturais, a agricultura sustentável ou as energias renováveis, e através da integração do ambiente em setores pertinentes para a cooperação, por exemplo o desenvolvimento do setor privado.

Para acelerar a transição para a economia verde e incentivar ações coerentes transversais a vários setores relevantes, a UE pôs também em prática, durante os últimos dez anos, um conjunto de ações que tiveram como objetivo explícito principal a economia verde para promover o desenvolvimento de quadros facilitadores e demonstrar os potenciais benefícios das práticas ecológicas para promover a sua maior aceitação. Estas incluíram, nomeadamente, o programa SWITCH na Ásia, no Mediterrâneo e em África. No seu conjunto, estas ações formam a iniciativa SWITCH to Green, que cria um enquadramento para a coordenação e a melhoria da coerência e da visibilidade da cooperação internacional da UE para a economia verde. Os compromissos da UE relativos a estes programas nos últimos dez anos excedem os 300 milhões de euros.

Resultados alcançados e ensinamentos retirados. Uma das principais conclusões da experiência da UE com estes programas é que a cooperação no domínio da economia verde, em especial as ações centradas no desenvolvimento de empresas verdes, têm

sido eficazes na produção de resultados em algumas das principais prioridades da UE, com um amplo conjunto de resultados e consequências que contribuem para impactos sociais (por exemplo, a criação de emprego e a melhoria das condições de trabalho), ambientais (por exemplo, a redução do consumo de materiais e de emissões de gases com efeito de estufa) e económicos (por exemplo, poupança financeira e investimentos).

O apoio tem sido prestado através de diversas atividades, como o trabalho analítico (por exemplo, estudos nacionais preliminares para identificar opções e vias para a transição para a economia verde), a criação de mecanismos para uma melhor coordenação institucional e participação das partes interessadas no desenvolvimento de políticas, reforço de capacidades dos decisores políticos e dos prestadores de serviços de desenvolvimento empresarial, diálogo e trabalho em rede, e comunicação para melhorar a consciência do público e dos consumidores.

Tal como referido na [avaliação estratégica de 2017 da cooperação internacional da UE em matéria de CPS](#), este apoio resultou na realização de um número significativo de reformas das políticas relativas à economia verde em 45 países parceiros e na adoção de práticas de CPS por parte das MPME visadas, nomeadamente através do financiamento de aproximadamente 150 projetos de «empresas verdes» no âmbito do programa SWITCH. Um inquérito realizado no âmbito do mesmo estudo de avaliação conclui que o programa contribuiu para.

Principais conclusões da avaliação estratégica de 2017 relativa à cooperação internacional da UE em matéria de CPS

- As ações em matéria de CPS apoiadas pela UE são **pertinentes** para as políticas de desenvolvimento da UE e mundiais, tendo em conta a importância do CPS na Agenda 2030 e a contribuição do CPS para as principais prioridades do novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, incluindo alterações climáticas, emprego e crescimento sustentável. As intervenções da UE são também pertinentes para as prioridades dos países parceiros.
- A **eficácia** das intervenções é satisfatória, como demonstrado, por exemplo, pelos resultados alcançados em termos de melhoria das capacidades das partes interessadas e de partilha de conhecimentos.
- As ações que promovem o desenvolvimento de empresas verdes alcançaram um «elevado impacto em termos de aceitação das práticas de CPS e níveis superiores de investimentos por MPME, contribuindo de forma notável para a criação de emprego verde». O **impacto** do apoio político varia entre programas e está insuficientemente documentado.
- Os programas apoiados pela UE em matéria de CPS são relativamente **eficazes em termos de custos**, com a aceitação das tecnologias verdes pelas MPME, novos investimentos e uma grande criação de postos de trabalho verdes resultantes da componente de empresas verdes dos programas SWITCH, com um valor financeiro muito superior aos custos dos programas.
- As intervenções financiadas pela UE em matéria de CPS e de economia verde são geralmente **coerentes e complementares** entre si; no entanto, há uma interação insuficiente entre as ações que promovem o desenvolvimento de empresas verdes com o setor privado e as que prestam apoio político.
- As ações de CPS apoiadas pela UE revelam elementos positivos de **sustentabilidade**, em termos de apropriação local dos resultados dos programas, reforço eficaz de capacidades, alguns sinais concretos da aceitação das políticas e a existência de mecanismos de autofinanciamento.

Uma abordagem estratégica

PRIORIDADES GERAIS

Objetivos e áreas de intervenção

A cooperação da UE em matéria de economia verde está na intersecção das prioridades «Prosperidade», «Pessoas» e «Planeta» do novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento. A cooperação em matéria de economia verde também pode contribuir para a prioridade «parcerias» do novo Consenso Europeu e, indiretamente, para a prioridade «paz».

Uma dupla abordagem para promover a economia verde através de todos os setores pertinentes. A visão da UE para uma transição para a economia verde implica múltiplas contribuições de muitos setores da cooperação internacional da UE, exigindo uma abordagem dupla para garantir uma prestação coerente do apoio, incluindo:

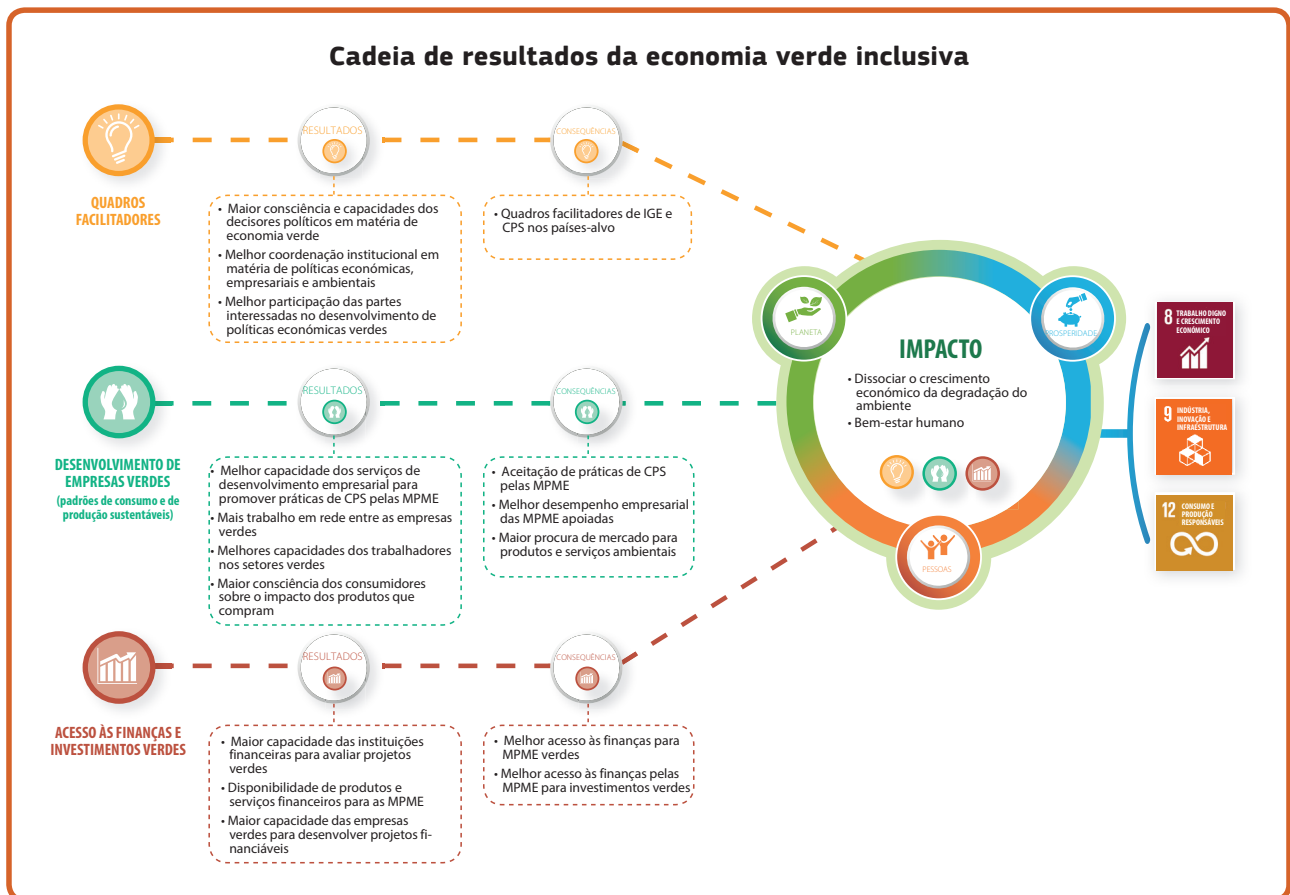
- Programas «específicos» de promoção da economia verde através em développant des cadres propices, do desenvolvimento de quadros facilitadores, empresas mais verdes e investimentos mais verdes (facilitação do acesso ao financiamento).

- Generalização das componentes da economia verde nos setores pertinentes da cooperação internacional da UE, através do reforço: do foco em incentivos económicos e empresariais (por exemplo, ações que promovam a avaliação de ecossistemas e dos serviços que prestam); da dedicação de decisores políticos para atrair eficazmente o setor privado e da atenção aos potenciais benefícios das práticas ambientais sustentáveis.

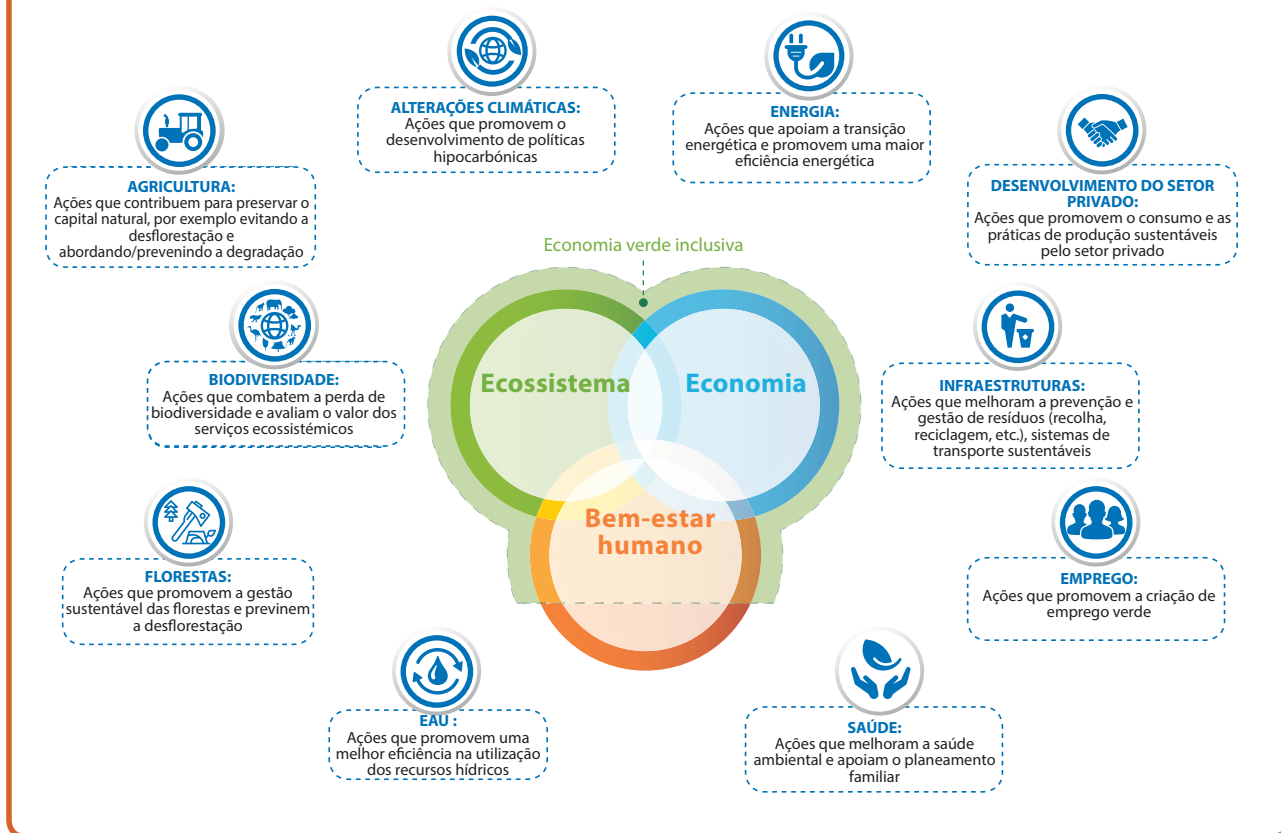
DESENVOLVER QUADROS FACILITADORES

Necessidades e tipos de ações

A transição para uma economia verde é um processo relativamente recente, alimentado por um número crescente mas ainda limitado de iniciativas do setor privado e dos consumidores. É também necessária a intervenção dos governos (aos níveis nacional, multilateral, regional e infranacional) para acelerar este processo e corrigir as falhas de mercado, sobretudo em termos de condução da transformação e de criação de quadros de referência que ofereçam segurança a longo prazo aos operadores económicos,



Principais contributos dos setores em causa para a cooperação da UE em matéria de economia verde inclusiva



mobilização do financiamento e desincentivo aos investimentos não sustentáveis, sensibilização, influência das tendências nos padrões de consumo, criação de apoio e incentivo adequado para a expansão da ação. São múltiplas as áreas de intervenção que contribuem para as economias verdes e nas quais as medidas são necessárias. Estas abrangem, nomeadamente, a indústria, as empresas, o investimento, o comércio, a investigação e inovação, e a educação e o desenvolvimento de competências.

É também essencial reforçar a consciência e as capacidades e criar apoio político, já que a importância de práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental para a economia permanece ainda pouco compreendida, apesar de existirem cada vez mais provas que demonstram o impacto financeiro negativo da degradação do ambiente.

Um foco claro na inclusividade e na criação de emprego

É imperativa a promoção de uma economia verde que seja genuinamente inclusiva no contexto da política de desenvolvimento da UE. É essencial prestar uma forte atenção à criação de emprego digno e à situação de grupos vulneráveis, para garantir que as iniciativas apoiadas pela UE contribuem de forma coerente para os objetivos de desenvolvimento e de redução da pobreza, mas também para encorajar a aceitação social e política das reformas da economia verde. Intervenções relevantes neste contexto incluem, por exemplo, o reinvestimento de poupanças obtidas com

a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis em medidas a favor dos pobres, ou o apoio ao desenvolvimento de competências relevantes para setores verdes emergentes junto de trabalhadores de setores poluentes, cujas atividades estão em declínio.

É fundamental promover a participação das partes interessadas no desenvolvimento das políticas para desenvolver quadros facilitadores da economia verde que sejam inclusivos e que abordem as necessidades de todos os grupos. Tal inclui mulheres, que tendem a ter uma pegada ecológica inferior à dos homens, mas que estão particularmente expostas aos danos ambientais e que são gravemente afetadas por carências energéticas. Tal inclui também o setor privado – em especial as MPME e o setor informal, que têm menos oportunidades para contribuir para o desenvolvimento de políticas – bem como a sociedade civil, que pode desempenhar um papel importante não só na defesa, no acompanhamento e no apoio ao desenvolvimento e execução de políticas, mas também na sensibilização dos decisores políticos, das empresas e dos consumidores sobre temas como o consumo sustentável e os estilos de vida.

Desenvolver a experiência da UE e promover sinergias com outras áreas de intervenção da UE

A UE possui experiência significativa na promoção da economia verde a nível interno – sobretudo através da execução do seu Plano de Ação para a Economia Circular, mas também através de outras iniciativas, como o Plano de Ação para a Ecoinovação, o Plano de

Ação Verde para as PME e a Iniciativa Emprego Verde. O trabalho com base nesta experiência e a promoção de sinergias com as áreas de intervenção pertinentes da UE – para além do desenvolvimento – podem reforçar a contribuição da cooperação internacional da UE em matéria de economia verde para o **interesse estratégico da UE, ajudar a UE a liderar através do exemplo e garantir a coerência com outras áreas de intervenção, em especial o comércio.**

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS VERDES

É cada vez mais comum a adoção de práticas ecológicas pelo setor privado, à medida que cada vez mais empresas tomam consciência das oportunidades comerciais e económicas que lhes estão associadas, nomeadamente o rápido crescimento do mercado mundial de bens e serviços ambientais, preços especiais, possíveis poupanças resultantes de processos de produção eficientes na utilização dos recursos, reforço da reputação, maior segurança das cadeias de aprovisionamento resultantes da aquisição de matérias-primas produzidas de forma sustentável, etc. As iniciativas relevantes do setor privado – incluindo o desenvolvimento de estratégias de responsabilidade social das empresas, normas ambientais, regimes de rotulagem e de certificação – são motores importantes da transformação da economia verde em muitos países.

O programa SWITCH na Ásia, no Mediterrâneo e em África oferece um modelo de base para um futuro apoio à ecologização das empresas, através do financiamento de iniciativas do setor privado em domínios como a sensibilização para oportunidades de negócios verdes; o reforço de capacidades das empresas/associações industriais e das MPME pertencentes às mesmas em matéria de práticas de CPS; a facilitação de acesso ao financiamento (por exemplo, reforço de capacidades de desenvolvimento de projetos financiáveis, correspondência com instituições financeiras...); a participação do setor privado no desenvolvimento de políticas e regulamentos verdes; o desenvolvimento e a intensificação das normas e rótulos de certificação ecológica; o diálogo entre empresas e a divulgação de boas práticas; o reforço dos compromissos para com cadeias de aprovisionamento sustentáveis e mecanismos de desenvolvimento para melhorar o comércio de mercadorias sustentáveis; apoio à informação ao consumidor através da rotulagem ecológica, das normas ambientais e da certificação, etc.

Devem ser consideradas diversas prioridades estratégicas para além da maximização das vantagens ambientais no planeamento do futuro apoio da UE ao desenvolvimento de empresas verdes, incluindo **dar prioridade ao apoio a setores da economia com o maior potencial em termos de criação de emprego e que reflitam as prioridades da UE e mundiais, um maior foco no consumo e um maior apoio às parcerias e ao trabalho em redes entre as empresas da UE e de países parceiros.**

MELHORAR O INVESTIMENTO VERDE E O ACESSO AO FINANCIAMENTO

O apoio ao investimento na economia verde é uma prioridade clara da política de desenvolvimento da UE, tal como mencionado de forma explícita no Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, que afirma o compromisso da UE e dos Estados-Membros em «intensificar os investimentos públicos e privados na economia verde, hipocarbónica e resiliente ao clima». O Plano de Investimento Externo Europeu fornece o quadro para a continuação da cooperação em matéria de acesso ao financiamento e aos investimentos verdes em países parceiros de África e da Vizinhança Europeia, com um alcance significativo que permita promover a economia verde e circular no âmbito das suas janelas de investimento. A janela das MPME, por exemplo, deverá atribuir financiamento a, nomeadamente, «MPME que trabalhem em agricultura e agroindústria sustentáveis, economia circular, tecnologias eficientes na utilização dos recursos, hipocarbónicas e resilientes às alterações climáticas e empresários sociais e digitais».

Como os fluxos de financiamento para setores poluentes ou para investimentos baseados na utilização não sustentável de recursos continuam a ser significativos e comprometem a transformação na economia verde, não é só necessário facilitar o acesso ao financiamento para as empresas verdes, mas também redirecionar o financiamento de investimentos em setores poluentes, por exemplo através do apoio a governos e instituições financeiras, ou através da sensibilização e da defesa de causas.

O **Plano de Ação para Financiar o Crescimento Sustentável**, que visa (i) reorientar os fluxos de capitais para investimentos sustentáveis; (ii) gerir os riscos financeiros decorrentes das alterações climáticas, do esgotamento dos recursos, da degradação do ambiente e das questões sociais e (iii) promover a transparência e a visão a longo prazo nas atividades económicas e financeiras, identifica ações que ilustram possíveis medidas a adotar pelos governos para promover o financiamento sustentável. Este plano de ação é muito pertinente no contexto da cooperação internacional: reconhece que é crucial um esforço coordenado e mundial em matéria de financiamento sustentável. Através deste plano, a Comissão estabelece um referencial para as políticas de financiamento sustentável; convida «os outros intervenientes, incluindo os Estados-Membros, os supervisores, o setor privado e os principais países exteriores à UE a tomar medidas decisivas para promover e conduzir a transformação nos seus domínios respetivos», e oferece «um modelo para futuros debates nas instâncias internacionais no sentido da promoção de uma nova abordagem para gerir o sistema financeiro de forma mais sustentável».

Orientações e ferramentas suplementares

SWITCH to Green: Iniciativa emblemática da UE no domínio da economia verde inclusiva. Através da [Comunicação sobre o reforço do papel do setor privado no crescimento inclusivo e sustentável nos países em desenvolvimento](#) a UE comprometeu-se a executar a iniciativa SWITCH to Green, para promover o eco-empendedorismo e a criação de empregos verdes. O programa 2014-2020 relativo aos bens públicos mundiais e aos desafios globais anunciou também a iniciativa, juntamente com outros programas emblemáticos destinados a apoiar ações multirregionais e/ou transversais, criar alianças com partes interessadas pertinentes, criar ou apoiar parcerias inovadoras e iniciativas existentes para promover a transformação rumo a uma economia verde e assegurar um maior impacto, uma gestão eficaz e a visibilidade da UE.

A iniciativa emblemática SWITCH to Green coloca sob a mesma cúpula iniciativas relevantes apoiadas pela UE, como o programa EU SWITCH, o programa UN PAGE, a Coligação para a Economia Verde e a Rede One Planet/Quadro de Programas de 10 anos sobre CSP. Para operacionalizar a iniciativa, foram lançadas diversas atividades nos últimos anos, incluindo apoio de qualidade para a identificação e formulação de projetos, diálogo e troca de experiências e criação e divulgação de conhecimentos. Foram atribuídos recursos ao mecanismo SWITCH to Green para apoiar este empreendimento.

Orientações sobre os indicadores da economia verde inclusiva.

As orientações relativas a um conjunto de indicadores recomendados correspondentes aos resultados, às consequências e aos impactos visam ajudar a elaborar intervenções, melhorar o acompanhamento e a avaliação e facilitar a agregação e a comunicação dos resultados obtidos. Estes indicadores foram harmonizados, dentro do possível, com indicadores utilizados no âmbito de outros quadros pertinentes, como os indicadores dos ODS e os utilizados pela Rede One Planet/Quadro de Programas de 10 anos sobre CSP.

Mensagens principais sobre as ligações entre a economia verde inclusiva e os setores-chave. A transição para uma economia verde implica fortes ligações com setores-chave resultantes tanto de ambientes naturais como construídos, nomeadamente com a agricultura, as pescas, os recursos hídricos, as florestas, as energias renováveis, a indústria transformadora, os resíduos, os edifícios, os transportes, o turismo e as cidades. Foram formuladas mensagens-chave relativas a estas ligações pela [ONU Meio Ambiente](#), juntamente com um debate acerca de aceleradores conexos como o financiamento, as condições favoráveis e a modelação de cenários globais de investimento verde.

Ligações para recursos. Estão disponíveis ligações para recursos relativos à economia verde, incluindo bases de dados de projetos, bibliotecas digitais, estudos de caso, dados e ferramentas, através do [Sítio SWITCH to Green](#).

Índice Global da Economia Verde. O Índice Global da Economia Verde (GGEI) é uma ferramenta utilizada para avaliações de desempenho da economia verde integradas a nível nacional. É publicado pela Dual Citizen LLC, uma empresa de consultoria privada sediada nos EUA, que apresenta uma síntese do estado e dos progressos da transição mundial para a economia verde, com base numa análise de dados relativos às alterações climáticas, ao ambiente, aos setores de eficiência e aos investimentos em 80 países e 50 cidades, bem como numa tabela de desempenho por país elaborada por peritos (sondagem de perceção). O GGEI enquadra o nível de progressos de países selecionados no processo de transição para a economia verde, indicando aos países o que podem melhorar no futuro. O [índice de desempenho do GGEI de 2016](#) aborda quatro dimensões fundamentais da transição para a economia verde, nomeadamente a liderança e as alterações climáticas; setores de eficiência; mercados e investimento e ambiente.

Estão disponíveis na Internet mais informações sobre a União Europeia (<http://europa.eu>).

Print	ISBN 978-92-79-93511-4	doi: 10.2841/588246	MN-06-18-065-PT-C
PDF	ISBN 978-92-79-93507-7	doi: 10.2841/4098	MN-06-18-065-PT-N

Bruxelas/Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2018
© União Europeia, 2018

Créditos das fotografias da capa (a partir do canto superior esquerdo, no sentido dos ponteiros do relógio): © Gigira/Shutterstock.com, província de Lampang, Tailândia: mulheres separam resíduos domésticos de plástico e de metal numa fábrica de eliminação de resíduos; © Gengwit Wattakawigran/Shutterstock.com, terraço com painéis solares e terraço verde no topo de um prédio; © Tango Uniform India/Shutterstock.com, máquina recicla grânulos de resina plástica; © Wollertz/Shutterstock.com, Tambor, Costa Rica: funcionários de hotel limpam a praia depois de uma tempestade.

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte. Relatório completo disponível em <https://europa.eu/capacity4dev/t-and-m-series/documents/inclusive-green-economy-eu-development-cooperation>.

Impresso em papel certificado FSC/PEFC.